

Albano cobra definição de credor

11 FEV 1988
CORREIO BRAZILIENSE

E diz que demora na negociação da dívida está afetando o País

Dinda fit

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, disse ontem que os bancos credores precisam responder com urgência se aderem às novas propostas do Governo de renegociação da dívida externa, porque o País está sendo prejudicado com a demora na definição dos novos acordos.

Segundo Albano, o Governo mudou sua atitude na negociação da dívida externa e deu gestos claros no sentido de uma reaproximação com o sistema financeiro internacional. Um desses gestos, segundo Albano, é a volta do pagamento de 350 milhões de dólares de juros referentes ao mês de janeiro.

O presidente da CNI fez estes comentários, ontem, ao divulgar um estudo da entidade sobre a nova política de negociação da dívida externa brasileira. Segundo Albano, o estudo mostra que o Brasil está fazendo um grande esforço para voltar a pagar parte dos juros de sua dívida, porque as reservas externas continuam baixas — inferiores a 4,3 bilhões de dólares — e a situação financeira não é muito mais confortável hoje do que há um ano atrás, quando foi declarada a moratória.

“Os bancos precisam compreender que essa demora no fechamento de um novo acordo prejudica o Brasil e leva a um desgaste cada vez maior nas relações com os credores. O Brasil não está se beneficiando da redução nas taxas de juros previstas no novo acordo e vem sendo privado de um maior fluxo de investimentos e de recursos de organismos interna-

cionais. As agências internacionais também não estão financiando as importações brasileiras. O Governo também está buscando uma reaproximação com o Fundo Monetário Internacional. Mas os bancos estão endurecendo a negociação em lugar de facilitarem os entendimentos”, comentou Albano.

O Governo brasileiro acaba de anunciar uma mudança de atitude na negociação da dívida externa, refletida em dois pontos principais:

(a) em decisão unilateral efetuará um pagamento de 350 milhões de dólares, correspondente a aproximadamente 3 por cento dos juros devidos em janeiro deste ano;

(b) reaproximação com o Fundo Monetário Internacional a partir de meados de fevereiro com o objetivo de uma posterior normalização das relações com essa instituição.

A nota divulgada pelo Ministério da Fazenda justifica o pagamento de juros — “um gesto de determinação e de confiança” — como um instrumento para agilizar o acordo de médio prazo. Neste sentido, aponta basicamente quatro motivos pelos quais a demora no fechamento de um acordo definitivo estaria prejudicando o Brasil:

(a) enquanto transcorrem as negociações, o Brasil não se beneficia de uma redução de taxas de juros que o novo acordo deverá trazer e os bancos brasileiros no exterior continuam pagando taxas mais elevadas nas suas linhas de curto prazo;

(b) sem acordo, o Brasil está privado de um fluxo maior de investimen-

tos e recursos de organismos financeiros internacionais;

(c) as agências de crédito às exportações dos países industrializados não mais financiam as importações brasileiras;

(d) “a lentidão nas negociações leva a um inevitável desgaste nas relações com os credores”.

Quanto a esta exposição de motivos cabe mencionar que:

(a) os benefícios associados à eventual redução das taxas de juros pagas pelo País dependem diretamente do novo acordo a ser firmado. Uma vez que as suas bases ainda não foram definidas, não é claro, evidentemente, que ele venha a satisfazer — em maior ou menor grau — as expectativas dos negociadores brasileiros;

(b) a redução do fluxo de investimentos estrangeiros não pode ser atribuída, exclusivamente, à ausência de um acordo de longo prazo para o problema da dívida; mesmo com a reintegração do Brasil à comunidade financeira internacional outros fatores continuarão a restringir a entrada destes recursos.

Após a crise financeira internacional de 1982 — quando os fluxos internacionais voluntários de recursos foram interrompidos — o Brasil fez um notável esforço de adaptação à nova situação através da geração de expressivos superávits comerciais.

Apesar deste ajustamento, o Brasil não tem conseguido resolver o problema crônico de falta de divisas e tem se transformado em um exportador líquido de capitais embora

tenha uma necessidade imperiosa de contar com poupança externa para financiar uma taxa de investimento maior.

Ao longo dos últimos anos os negociadores brasileiros têm tentado mostrar aos bancos credores o contra-senso envolvido no fato que um País como o Brasil transfira recursos reais para o exterior, e têm enfrentado uma rigidez excessiva por parte deles. Surpreendentemente, a geração de mega-superávits — mais em função de redução drástica de importações do que de aumento expressivo nas exportações — não tem sido suficientemente valorizada. Pelo contrário, muitas vezes tem sido entendida pelos credores como a possibilidade de manter a transferência de recursos reais para o exterior.

A declaração de moratória em fevereiro de 1987 não representou um ato heróico e sim uma necessidade iminente dada a situação crítica das reservas internacionais na época. Vale lembrar que o nível de reservas atuais (último dado oficial: 4,288 bilhões de dólares em outubro) não indica que o Brasil esteja em uma situação muito mais confortável hoje do que naquela época.

Ainda assim, o Governo brasileiro tomou a iniciativa de utilizar 350 milhões de dólares de suas reservas para pagar parte dos juros de janeiro em dia, sem uma contrapartida dos bancos credores. Este fato deixa clara a intenção de ver normalizadas as relações com a comunidade financeira internacional, na expectativa

de atitudes mais positivas da parte dos credores com respeito a uma solução satisfatória para o problema da dívida.

A declarada reaproximação com o FMI é mais um passo do Governo brasileiro em direção a uma solução de longo prazo. Um eventual acordo com o Fundo não implicaria, atualmente, em uma reorientação radical na condução da política macroeconômica. Existe hoje, no Brasil, uma forte preocupação com o controle das contas públicas; além disso, a partir do Plano de Controle Macroeconômico foi reintroduzido o acompanhamento trimestral dos principais indicadores econômicos. Estas questões tradicionalmente fazem parte do recetário do FMI.

Após três semanas de negociações em torno de um acordo de médio prazo, as decisões tomadas unilateralmente pelo Governo brasileiro mostram nitidamente a importância atribuída à reintegração do Brasil no mercado financeiro internacional. É fundamental, neste novo contexto, que os bancos credores e os organismos internacionais modifiquem sua atitude em relação às teses defendidas pelos negociadores brasileiros, que convergem para o reconhecimento da necessidade de uma redução expressiva das transferências de recursos reais para o exterior. Sem esta adesão, restará uma única trajetória para o País: ter afetada a sua capacidade de crescimento, quer seja por uma eventual negociação desfavorável, quer seja pelo retorno à situação anterior.